**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°027C/2022**
**REF: AO PE N°004/2022**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE COCAL DOS ALVES – PI NO DECORRER DE 2022, QUE ENTRE SE FIRMA O MUNICÍPIO **E A EMPRESA FRANCISCO VIEIRA DA SILVA 01121083340 CNPJ 40.588.049/0001-21, NA FORMA ABAIXO.**

**CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE COCAL DOS ALVES,** inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.612.572/0001-94m sede na Rua João Domingos da Silva, s/n, Centro – CEP 64238-000 – Cocal dos Alves/PI, representado neste ato pela **Secretária de Educação Elizete Costa do Amaral, portaria n°006/2022, CPF:908.783.613 – 91.**

**CONTRATADA: FRANCISCO VIEIRA DA SILVA 01121083340,** empresa inscrita no CNJP/MF sob o nº **40.588.049/0001-21**, com sede na RUA JOSE CARDOSO DE BRITO, CENTRO, na cidade de Cocal dos Alves 64.238-000, representada neste ato por **FRANCISCO VIEIRA DA SILVA 01121083340**(cargo/função), RG 2455978 SSP-PI, CPF 011.210.833-40 Email (francisco-vieira100@hotmail.com), Tel: 86 98117-9838.

O CONTRATANTE e a CONTRATADA, acima especificados, têm entre si ajustado o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,** conforme o Pregão Eletrônico nº 004/2022, regulado pelos preceitos de direito público, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Dec. Federal nº 3.555/2000 de 08/08/2000, Decreto Federal nº 10.024/2019 de 20/09/2019 e **Decreto Municipal nº 050/2020 de 22/06/2020**, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, bem como mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para Prestação de Serviço de transporte escolar para atender os alunos da rede pública municipal de ensino do Município de Cocal dos Alves – PI, no decorrer de 2022, conforme especificações e quantidades e especificação constantes do Pregão Eletrônico nº 004/2022.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO**

Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2022e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente,

no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. A proposta de preços da empresa vencedora passa a integrar este contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO**

3.1. Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I – Edital e anexos do Pregão Eletrônico n.º 004/2022;

II – Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela CONTRATADA;

O CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculam-se plenamente ao presente contrato, ao Pregão Eletrônico nº 004/2022, bem como à proposta firmada pela CONTRATADA. Esses documentos constam do Processo Licitatório nº 004/2022 e são partes integrantes e complementares deste Contrato, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**O CONTRATANTE** obriga-se a:

**I** – emitir a ordem de serviços do(s) item(ns) objeto de contrato, assinada pela autoridade competente;

**II** – efetuar pagamento à CONTRATADA de acordo com o estabelecido neste Contrato;

**III** – fiscalizar o fiel cumprimento deste contrato através do **fiscal de acompanhamento de contratos de outros serviços – ANTONIO VIEIRA DA SILVA, fone (86)981055834, E-mail: comissaofiscaldecontratos@gmail.com**

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA obriga-se a:

Caberá à CONTRATADA, além das obrigações previstas no edital, no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 004/2022.

I – Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, observando as prescrições contidas na Lei Federal nº 9.503, de 23.09.97 e suas regulamentações, ou quaisquer outros que vierem a substituí-los, alterá-los ou complementá-los.

II – Disponibilizar os veículos para vistoria e iniciar os serviços nos prazos, nos locais e horários fixados pela Contratante, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme o estabelecido.

III – Providenciar o dístico "ESCOLAR" na traseira e nas laterais na sua carroçaria, em toda a extensão, uma faixa horizontal amarela, de 40 (quarenta) centímetros de largura, à meia altura, sendo uma vez em cada lateral e uma vez na traseira.

quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de contratar o item específico.

IV. O objeto deste contrato deverá ser prestado pela CONTRATADA, mensalmente, no prazo e demais condições previstas no Termo de Referência, Anexo II do Edital do Pregão nº ___, parte integrante do presente instrumento de contrato.

**.CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

**Este contrato vigorará por um período de 12 meses a partir de sua assinatura;**

**CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos do:** FPM, ICMS, FUNDEB, FME, PNAT e OUTROS VALORES, **Elemento de despesa 339039 – outros serviços de terceiros e pessoa jurídica ;**

**CLÁUSULA NONA – DO VALOR**

9.0 O valor global do presente Contrato é de R$ 185.660,00 cento e oitenta e cinco mil e seiscentos e sessenta reais, conforme planilha abaixo:

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 5 | MANHÃ | VAN | SAINDO DOS PORCOS (NOVINHA DO CHICO ECIL), PASSANDO NO ANTONIO NEGRO, PASSANDO NA ESCOLA ROSEMIRA DE SOUSA ALVES, JOSÉ MARIANO E INDO ATÉ A ESCOLA FRANCISCO CARDOSO BATISTA. | 21 | 200 | 4.200 | R$3,95 | 16.590,00 |
| 6 | TARDE | VAN | SAINDO DA TAPERA | 35 | 200 | 7.000 | R$3,90 | 27.300,00 |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | PASSANDO POR MELANCIAS, MORRO GRANDE (NOVO DO MANOEL SIMPLICIO), PASSANDO POR ALTOS, PASSA PELA ESCOLA FRANCISCO CARDOSO BATISTA E VAI PARA A ESCOLA JOSE MARIANO | | | | | |
| 7 | MANHÃ | VAN | SAINDO DO POSTO DO VALDIR INDO NO SENTIDO TOMAZ, PASSANDO PELA PRAÇA DO MULTIRÃO, JACARANDÁ INDO PARA O ASSENTAMENTO (CASA DO RUBINHO), VAI NO JACARANDÁ DE CIMA ATÉ A ULTIMA CASA NO COMEÇO DA SUBIDA E PARA PELA A ESCOLA ROSEMIRA DE SOUSA ALVES, ESCOLA JOSÉ MARIANO E INDO PARA A ESCOLA FRANCISCO CARDOSO BATISTA. | 27 | 200 | 5.400 | R$3,90 | R$21.060,00 |

Rubricado

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 8 | MANHÃ | VAN | SAINDO DAS CARVALHADAS (ALDENORA), PASSANDO POR MELANCIAS, TAPERA, ENTRA PARA CARNAUBAS, ALTO PAJEU, MORRO GRANDE E VOLTA PARA A ESCOLA FRANCISCO CARDOSO BATISTA | 35 | 200 | 7.000 | R$3,93 | R$27.510,00 |
| 9 | TARDE | VAN | SAINDO DO VALDO DO ESPETINHO, PASSANDO PELA PRAÇA DO MULTIRÃO E PASSA NO POSTO DO VALDIR, VAI ATÉ A ULTIMA DA SUBIDA NO JACARANDÁ DE CIMA, PASSA PELA ESCOLA ROSEMIRA DE SOUSA, ENTRA PARA OS PORCOS (CHAGAS DO ONOFRE) E VAI PARA A ESCOLA JOSÉ MARIANO | 37 | 200 | 7.400 | R$3,90 | R$28.860,00 |
| 10 | TARDE | VAN | SAINDO DAS CARVALHADAS (ENTRADA DA | 40 | 200 | 8.000 | R$3,93 | R$31.440,00 |

PREFEITURA MUN. DE COCAL DOS ALVES-PI
C P L - Comissão de Licitação

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | TAPERA), PASSANDO POR MELANCIAS, TAPERA (ANTONIO JULIO), ENTRA PARA CARNAUBAS, ALTO PAJEU, MORRO GRANDE, GENGIBRE E PASSA NA ESCOLA FRANCISCO CARDOSO BATISTA INDO ATE A ESCOLA JOSÉ MARIANO | | | | | | |
| 21 | TARDE | VAN | SAINDO DO BAIXÃO INDO PARA JENIPAPO, LAGOA DE DENTRO, BAIXA DO SALGADO E SALGADO E VINDO A ESCOLA TEOTÔNIO FERREIRA BRANDÃO | 50 | 200 | 10.000 | R$3,29 | R$32.900,00 |

Francisco

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO EQUÍLIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

A recomposição dos preços dos itens objeto do contrato reger-se-ão de forma a manter o equilíbrio econômico financeiro da CONTRATADA, ou seja, mantendo-se o mesmo percentual entre o preço dos itens adquiridos por ela no distribuidor e o ofertado ao CONTRATANTE em sua proposta na época da licitação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será solicitado expressamente pela CONTRATADA quando da entrega da fatura de serviços e das notas fiscais de aquisição dos serviços junto ao fornecedor, que será analisado pelo Setor Financeiro do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não serão considerados pedidos *de reequilíbrio* de preços relativamente a faturas anteriormente entregues, mesmo que essas ainda não tenham sido quitadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O preço cobrado não poderá, em hipótese alguma, ser superior ao praticado pela CONTRATADA ao público em geral, devendo ser repassados ao CONTRATANTE os descontos promocionais praticados pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DO PAGAMENTO**

11.1 O pagamento será efetuado mensalmente, no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo dos serviços, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por servidor competente, acompanhada da respectiva Ordem de Serviço e das certidões de regularidade fiscal: Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e "Previdenciária", emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal e INSS, conforme Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014 (Ministério da Fazenda); Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual; Certidão Negativa, ou

PREFEITURA MUN. DE COCAL DOS ALVES-PI
C.P.L - Comissão de Licitação

Certidão Positiva com efeitos de Negativa, *quanto* à Dívida Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual; Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal; Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante; Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. O pagamento será efetuado diretamente na conta que o fornecedor apresentar em sua proposta.

11.2. O pagamento será feito em favor da empresa contratada, através de ordem bancária na sua conta corrente, após assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, somente realizando o pagamento dos serviços executados pelos contratados após criteriosa análise das rotas percorridas de transporte escolar, apurando os dias em que houve efetivo transporte escolar, a distância, número de alunos, veículo utilizado, proprietário do veículo, valor do serviço e outras informações pertinentes emitido pela Contratante.

11.3. A Contratada deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura à contratante, acompanhada das Certidões listadas nesta cláusula.

11.4 A Nota Fiscal/Fatura será conferida e atestada pela comissão ou servidor responsável pelo Recebimento.

11.5. O pagamento será efetuado após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, no prazo previsto nesta cláusula, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

11.6. Não serão efetuados quaisquer pagamentos à Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, inclusive, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

11.8. A Prefeitura Municipal de COCAL DOS ALVES-PI, poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

11.9. O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3º, Lei nº 8.666/93.

11.10. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, à CONTRATADA, mediante Ordem Bancária.

11.11. O Cronograma de desembolso será realizado mediante a entrega dos serviços, devendo ser efetuado o pagamento no prazo e demais condições constantes nesta Cláusula e no Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO**

12.1. Os serviços serão fiscalizados, através do fiscal de acompanhamento de contratos de outros serviços – ANTONIO VIEIRA DA SILVA, fone (86)981055834, E-mail: comissaofiscaldecontratos@gmail.com, designado (s) pela CONTRATANTE para essa finalidade, que terá autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços.

12.2. À FISCALIZAÇÃO compete, entre outras atribuições:

I. Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

II. Acompanhar a execução dos serviços e atestar o recebimento definitivo, e indicar as ocorrências verificadas.

III. Encaminhar ao setor competente desta Administração os documentos que relacionem as ocorrências que impliquem multas a serem aplicadas à CONTRATADA.

IV. Manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica.

12.3. Em caso de dúvidas quanto à interpretação das especificações, será sempre consultada a FISCALIZAÇÃO, sendo desta o parecer definitivo.

12.4. A ação da FISCALIZAÇÃO não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades.

12.5. A presença da FISCALIZAÇÃO durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou

corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, na forma da legislação em vigor.

12.6. As dúvidas inerentes ao desenvolvimento de quaisquer serviços, bem como as tomadas de decisões levadas ao conhecimento da FISCALIZAÇÃO, serão tomadas em até 36 (trinta e seis) horas após a FISCALIZAÇÃO tomar ciência do ocorrido e/ou solicitação, principalmente se a decisão exigir pesquisa de campo ou técnico-científica ou outra razão alheia a sua vontade que impossibilite decidir naquele momento. Todas as dúvidas deverão estar devidamente anotadas e encaminhadas à FISCALIZAÇÃO.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação, a CONTRATADA que:

13.1.1. apresentar documentação falsa;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. falhar na execução do contrato;

13.1.4. fraudar na execução do contrato;

13.1.5 comportar-se de modo inidôneo;

13.1.6. cometer fraude fiscal;

13.1.7. fizer declaração falsa.

13.2. Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato, de que trata o item 13.1.3 desta cláusula, o valor relativo às multas aplicadas em razão do item 13.6 desta cláusula.

13.7. A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente à de impedimento de licitar e contratar estabelecida no item 15.1.

13.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.

13.8.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, se houver.

13.8.2. Se não restarem pendentes valores a serem pagos ao fornecedor ou se os valores das multas forem superiores aos pagamentos devidos, fica o FORNECEDOR ou ADJUCATÁRIO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, a

partir do recebimento da notificação, devendo ser apresentado o comprovante de pagamento a esta Prefeitura Municipal, sob pena de cobrança judicial.

13.8.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13.9. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

13.10. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

13.11 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa e contraditório por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

13.12 O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

13.13 Nenhum pagamento será feito à empresa contratada, antes de pagas ou relevadas as multas que lhe tenham sido aplicadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DOS CASOS DE RESCISÃO**

14.1 A não observância e cumprimento das obrigações fixadas no Edital e seus anexos, nos prazos e condições fixadas pela contratante, caracteriza a inexecução, total ou parcial, deste contrato ensejará a sua rescisão, nos termos dos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, com as consequências contratuais previstas no mesmo instrumento legal, na Lei n.º 10.520/02 e no Edital da licitação em epígrafe.

14.2. O CONTRATANTE poderá rescindir unilateral unilateralmente o respectivo Contrato, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DOS RECURSOS**

Dos atos do CONTRATANTE decorrentes da aplicação da Lei n.º 8.666/93, cabem os recursos dispostos no seu art. 109.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

Fica estabelecido que, caso venha a ocorrer algum fato não previsto neste instrumento, estes deverão ser resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 e Código de Trânsito Brasileiro.

**CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de COCAL, Estado do Piauí, da Justiça Comum, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente contrato lavrado em três vias, assinam as partes abaixo.

Cocal dos Alves – PI, 07 de março de 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DOS ALVES,
REPRESENTADA PELA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
– ELIZETE COSTA DO AMARAL,
PORTARIA N°006/2022
**CONTRATANTE**

**FRANCISCO VIEIRA DA SILVA 01121083340**

**CNPJ: 40.588.049/0001-21**

**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

1 _____ CPF _____

1 _____ CPF _____